

GARRIDO, Carlos (2022): *O escándalo do léxico galego. Análise da súa lastimosa degradación histórica e denuncia da súa dolosa falta de regeneración actual*. Santiago de Compostela: Laio-vento, 496 pp.

Compartilhando ou não o posicionamento re-integracionista do autor, sobre o relacionamento do idioma próprio da Galiza com o “português”, estamos perante uma obra de leitura indispensável para todas as pessoas interessadas no presente e, sobretudo, no futuro da nossa língua. Trabalho de notável sistematicidade construído sobre uma ingente quantidade de dados e informações, ele dá continuidade à monografia intitulada *Léxico galego: degradación e regeneración* (2011), agora em modo que se pretende mais acessível a leitor não especialista.

“Disseminar entre um largo público o conhecimento dos principais males que hoje afligem o sistema lexical galego e, portanto, que hoje prejudicam a personalidade e a funcionalidade da nossa língua, na esperança de assim contribuímos para quebrar a *espiral de silêncio* que até agora tem impedido o efetivo reconhecimento desta problemática” (p. 10). Com estas palavras define o professor Carlos Garrido os objetivos da obra que recebe um título e um subtítulo tão expressivos como adequados à realidade que nela se descreve: *O escándalo do léxico galego. Análise da súa lastimosa degradación histórica e denuncia da súa dolosa falta de regeneración actual*. Trata-se, com efeito, de denunciar o processo de padronização lexical levado a cabo pela RAG, não só por não ter combatido essa degeneração de modo decidido, mas, sobretudo, por a ter reforçado “com as suas freqüentes atuações despropositadas”, revelando-se, assim, “radicalmente contrária aos legítimos interesses dos utentes do galego, das pessoas que queremos *viver em galego* com normalidade” (p. 17). Além desse propósito de denúncia, o autor

oferece respostas regeneradoras para essa situação com base na coordenação do léxico galego com o léxico luso-brasileiro, sem que isso acarrete, em nenhum caso, a perda da personalidade galaica.

Na “Introdução” (pp. 17-50) encontramos uma série de amostras diversas e especialmente significativas da atuação da RAG no âmbito de análise, como se evidencia no caso dos termos *cobra, lámpada, doenza* ou *enfermidade, marmelada, rata*; das variantes para ‘janela’; da anuência ao uso diferencialista de termos como *acadar*¹ em detrimento de “alcançar” ou “conseguir”; da incorporação de castelhanismos do tipo *maior* como sinónimo eufemístico de “velho” (em lugar de “idoso”) ou das invenções cacofônicas como (*emot*)*icona*.

O segundo capítulo, componente essencial da obra (“Degradación e regeneración do léxico galego actual: escándalo e solucións”, pp. 51-433), abre-se com uma breve alínea em que se desenha uma síntese histórica do percurso sociocultural da Galiza, desde a alta Idade Média até à atualidade, com o intuito de elucidar o leitor sobre o processo de subordinação do nosso país a Castela, causa última da degradação lexical que sofre a língua do país. O autor alude à “hegemonia política castelhana” sobre a Galiza, desencadeante da subjugação cultural, remetendo-a para o séc. XVI. Convém, contudo, não nos esquecermos de que o processo de que se fala tem raízes muito mais antigas; elas podem ser situadas na anexação da Galiza a Castela imposta por Fernando III no ignominioso *Tratado de Benavente* (1230.12.11), portanto no primeiro terço do séc. XIII. Mantemos ainda algumas reticências sobre o uso frequente que o autor faz, por mimetismo com

¹ O significado originário é propriamente o de ‘agarrar’.

uma prática estendida no nosso país, do rótulo *Séculos Obscuros* (pp. 24, 45, 57, 60, etc.) para o período que vai do séc. XVI ao XVIII, dado que, salvo pelo declínio do uso escrito do nosso idioma, é injusto com o esplendor da cultura galega nesse segmento cronológico.

Apresentados sinopticamente no “Esquema 1” (p. 54), quatro são os processos degradativos do léxico galego examinados por Garrido: (i) variação sem padronização (1 e 2), (ii) substituição castelhanizante, (iii) erosão (e suplência castelhanizante), (iv) estagnação (e suplência castelhanizante). Perante estes processos, Garrido identifica como atitudes não regeneradoras por parte dos codificadores a inibição e a intervenção despropositada. Aqueles são contemplados nas alíneas 2.2 a 2.5, sendo reservada a secção 2.6 para uma modalidade particular de intervenção despropositada: os diferencialismos.

No primeiro dos casos (pp. 62-184), o autor analisa a situação atual e as possíveis soluções levando também em linha de conta a situação social do galego, aspeto amiúde negligenciado pelos codificadores, que parece estarem instalados numa fictícia realidade paralela. Nesse sentido, não se vê qual pode ser a vantagem de padronizar variantes exclusivas ou mais frequentes na Galiza e não aquelas (também galegas mas) comuns a ca. 250 milhões de pessoas; por exemplo, naqueles (cada vez mais frequentes) casos em que a esmagadora maioria dos falantes já só usa ou conhece o vocábulo castelhano respetivo². Lembremos que, “curiosamente”, os codificadores não têm quaisquer escrúpulos em admitir, por ativa ou passiva, formas minoritárias (ou mesmo de existência duvidosa).

A submissão política e, portanto, cultural do nosso país a Castela por cerca de 800 anos teve e tem como resultado a interferência do castelhano sobre a língua falada na Galiza a todos os níveis. O léxico galego vai sofrer,

portanto, um brutal processo degradativo contemplado por Garrido na secção intitulada “*Substituição castelhanizante no galego atual. Usurpação e canalização descaracterizadoras*” (pp. 185-265). O autor discrimina entre duas modalidades: “a substituição por usurpação” e a “substituição por reforço castelhanizante”. Face à substituição direta, no segundo caso, as formas mais próximas do castelhano veem-se reforçadas, em detrimento das não favorecidas, sendo por isso muito menos perceptível. Como se sabe, o aspeto em análise constitui, muito provavelmente, o principal ponto de divergência entre o posicionamento reintegracionista e o oficial (isolacionista). Com efeito, este último não só aceita uma parte muito notável dos castelhanismos como ainda pretende “branqueá-los” outorgando-lhes o impossível estatuto de formas autóctones desde que para isso seja capaz de inventar algum argumento³. O professor ourensano inventaria e analisa em pormenor essa multiplicidade de casos, entre os quais se encontram algumas das propostas mais lesivas, como pode ser a relativa ao próprio nome do país, com a fraudulenta convívio da forma genuína *Galiza* e do indiscutível castelhanismo *Galicia*.

No que toca às intervenções despropositadas na restauração, o destaque vai para o caso dos nomes dos dias da semana (pp. 213-214, 249-250). Com efeito, apesar de ser admitido o sistema designativo baseado no uso de numeral seguido do termo *feira* (*segunda-feira*, etc.), largamente maioritário desde a Idade Média até tempos recentes –tal como se reflete no ALGA.IV:139-143–, os codificadores acabam por dar, de facto, preferência ao sistema de origem pagã latina, o único que é irradiado por todos os meios afetos ao oficialismo. Destarte, a maior parte dos galegos desconhece o carácter vernáculo daquelas denominações. Trata-se de uma agressão ao nosso idioma especialmente nociva, uma vez que nos encontramos perante

² Um dos exemplos mais surpreendentes tem a ver com a preferência dada à forma *xeonllo* que, de acordo com os materiais do ALGA.V:71, (já) não se registava em território da Galiza quando esse trabalho foi preparado. Pelo contrário, ainda sobrevivía a forma galego-portuguesa “joelho” (*xoello*) e variantes (*xonllo*, *xollo*, *xeonllo*, *sonllo*, *sunllo*, *sollo*), totalmente desconsiderada(s) pelos padronizadores.

³ O caso do suposto galeguismo de *dicir*, em detrimento de *dizer* ou *dezer* –esta última admitida secundariamente (como *decer*)– constitui um dos episódios mais incoerentes das *Normas Ortográficas e Morfolóxicas do Idioma Galego*, tal como foi notado num dos nossos trabalhos. Lembremos, nesse sentido, que a forma medieval *dezir* citada nesse compêndio normativo para o ano de 1405 (p. 137) não existe, uma vez que, como foi denunciado há mais de vinte anos, se trata de um erro de transcrição do editor em lugar de *dezer*. Por outro lado, é totalmente incompreensível a conjugação que para esse *decer* (‘dizer’, como variante de *dicir*) se apresenta no DRAG; de facto corresponderia ao verbo *decer* (‘descer’), infelizmente não incluído nesse compêndio lexical.

um dos escassos traços lexicais privativos do galego-português no conjunto românico, podendo ser, em última instância, associado à igreja galaica no reino suevo⁴.

A rubrica “erosom e eventual suplência castelhanizante” (§2.4, pp. 266-312) remete para aqueles casos de extinção maciça de elementos lexicais ligados a esferas de uso da língua que deixaram de existir para o galego, da qual resulta, por seu turno, o recurso ao castelhano para designar essas realidades “cultas”. A “estagnação e suplência castelhanizante” (§2.5, pp. 313-406) leva-nos a uma falta de enriquecimento e diversificação lexicais, pela não incorporação de novos elementos e, por outro lado, à falta de estabilização e otimização lexicais, de novo determinadas pela situação sociolinguística. Como no caso da erosão, é o castelhano que, como era expetável, vai suprir essas carências. Em ambos os casos, a praxe oficialista optou maioritariamente por fazer do léxico em questão um código “fortemente subsidiário do castelhano” (p. 406). Com efeito, todos temos constatado como, em contextos e textos caracterizados pela presença desse tipo de vocabulário, a fronteira entre galego e castelhano fica, na prática, sem efeito a favor do espanhol.

No extenso conjunto de elementos lexicais registados nas secções anteditas, pensamos que poderia ter sido incluído também o castelhanismo (de origem francesa) *guapo*, tão característico do espanhol peninsular e “agora” também do “galego”⁵. O DRAG não só incorpora este elemento lexical alheio, documentado pela primeira vez em castelhano em meados do séc. XVII; num autêntico alarde atualizador, já lhe atribui a extensão de usos (“traballo ben guapo”, “cerdeira ben guapa”) que observamos, de preferência, nas faixas etárias mais novas dos castelhano-falantes de Espanha (galegos ou não). Note-se que tais usos não aparecem (ainda) incorporados no dicionário on-line da RAE.

Como dissemos, dedica um capítulo específico aos “usos lexicais nom regeneradores de carácter diferencialista” (§2.6, pp. 407-432), discriminando os tipos seguintes: (i) arcaísmos hipercharacterizadores, (ii) pseudogaleguismos (de significante ou significado), (iii) ampliações semânticas hipercharacterizadoras, (iv) dialetalismos hipercharacterizadores e (v) coloquialismos (e vulgarismos abusivos). Estamos perante uma tentativa, totalmente desorientada, de contrariar a castelhanização, cujo palco preferente são os usos formalizados da língua (meios de comunicação, escrita, etc.). Como noutros casos, a resposta do oficialismo é dececionante, uma vez que consagra incompreensivelmente muitos desses usos inapropriados. Eis um breve elenco dos termos “tolerados” que se vinculam, de um ou doutro modo, à prática em questão (com os significados que a ela se associam): (i) *devandito* (‘antedito’), (ii) *co gallo de* (‘por causa de, com motivo de’), *logo que* (‘depois que’), *malia* (‘apesar de’), *agasallo* (‘obséquio, presente’), *artellar* (‘articular, organizar’), *intre* (‘momento’), *rematar* (‘terminar, concluir’), *semellar* (‘parecer-se’); (iii) *canle* (‘canal, meio de comunicação’), *eido* (‘domínio de atividade’), *escolma* (‘seleção’), *quenda* (‘turno, vez’), *vencello* (‘vínculo’), *xebbrar* (‘separar’); (iv) *adoitar* (‘acostumar’), *agás* (‘salvo, exceto’), *arestora* (‘agora’), *asemade* (‘ao mesmo tempo’), *xa que logo* (‘portanto’), *meirande* (‘maior’), *no canto de* (‘em vez de’), *acadar* (‘alcançar, conseguir’), *amosar* (‘mostrar’)⁶, *andaina* (‘caminhada’); (v) *aprender* (‘ensinar’), *cinco centos* (‘quinhentos’), *de supeto* (‘subitamente, de súbito’), *ser quem de* (‘ser capaz de, poder’).

Ainda que contemplada noutras subdivisões (pp. 144, 173), poderia ter sido (também) incluída na alínea em análise aquela opção normativa que, por exemplo, surge por trás de diferencialismos inventados como *compoñente*, *impoñente* ou *opoñente*, em lugar dos corretos *componente*, *imponente* ou *oponente*. A coincidência entre castelhano e galego-português,

⁴ Não será por acaso que Martinho de Dume (520-580), arcebispo de Braga (capital da *Gallaecia*), dedica a alínea nona do seu *De correctione rusticorum* a criticar o uso das denominações pagãs.

⁵ O termo também aparece em dicionários portugueses, de preferência, com o significado originário de ‘corajoso, valente’, que também encontramos na América Espanhola.

⁶ Numa autêntica cadeia de despropósitos, o DRAG não inclui, por um lado, a forma verbal homógrafa criada a partir de “mossa” (‘sinal deixado por pancada ou pressão’), com origem no verbo latino MORDEO, apesar de estar documentado em território galego (*Dicionario de dicionarios* on-line), omitindo igualmente esse último substantivo. Por outro, atribui a *ensinar* os mesmos valores do castelhano moderno, sobretudo peninsular, *enseñar*, uma vez que o considera sinónimo de *mostrar* (tal como se denuncia em §2.3).

representada por estas últimas, deve-se a que nos encontramos perante termos eruditos pós-medievais; o que explica a conservação do -N-, no nosso idioma, e a presença da terminação *-ente* e não *-iente* em castelhano, em contraste, por exemplo, com *poente / poniente*. Mais uma vez, o oficialismo arquitetou uma solução “folclórica”, ilógica do ponto de vista histórico, que só encontra “justificação” numa deliberada e arbitraria insolidariedade com o léxico luso-brasileiro. Aliás, reconhecendo-se que se criam sobre *compoñer* –infinitivo análogo cuja extensão atual é claramente devedora do castelhano–, isto supõe deixar “fora de jogo” aqueles que utilizam o verbo galego(-português) *pôr*, usado pelos cerca de 250 milhões de falantes do nosso idioma.

Nas interessantes conclusões do trabalho (§3, pp. 433-450), o autor relaciona claramente o tipo de padronização levada a cabo na Galiza com a atual situação social do galego: “[...] se nom se produzir em breve prazo umha significativa mudança na padronização oficializada do galego, que o apresente como língua extensa, útil e prestigiosa, nom poderá demorar muito a consumir-se a definitiva substituição e extinção do galego-português na Galiza” (p.

439). Não sendo fácil estabelecer conexões diretas, o que podemos constatar é o fracasso estrepitoso e sem paliativos das políticas de normalização linguística e como estas aparecem, sistematicamente, associadas desde as suas origens a esse modelo de língua. Se os normativizadores, nalgum momento, pensaram que uma “padronização mimetizadora com o castelhano” –apesar de “sacrificar a idiosincrasia do léxico galego, a sua coerência, a sua funcionalidade, a sua economia e até a sua eufonia”– (pp. 436-437) podia representar um salva-vidas para a língua da Galiza, é óbvio que estavam de todo em todo enganados no diagnóstico.

Além de uma extensa bibliografia (pp. 451-464), o trabalho complementa-se com a reedição (“com otimização lexical”) de um segmento de *Sempre en Galiza* e do Hino Galego (pp. 465-475), concluindo com um elucidativo apêndice fotográfico (pp. 477-488). Para uma segunda edição, o autor deverá ponderar a inclusão de um índice de formas e ainda, em aras da acessibilidade a que se aspira, de um breve glossário em que se elucide o significado de alguns termos e expressões obscuros para pessoas não relacionadas com o mundo da linguística.

José António Souto Cabo

Universidade de Santiago de Compostela

joseantonio.souto.cabo@usc.es